



BANCO CENTRAL DO BRASIL
Concurso Público para provimento de cargo de
Procurador do Banco Central do Brasil

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

Prova
3 - Conhecimentos Específicos I
1 - Discursiva

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 50 questões numeradas de 1 a 50 e uma proposta para a prova discursiva. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.
- Faça a redação definitiva da Prova Discursiva no caderno a ela destinado.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- ler a proposta da Prova Discursiva e utilizar, se necessário, os espaços para o rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Em nenhuma hipótese o rascunho da prova discursiva será considerado na correção.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- A duração da Prova é de 4 horas.
- Ao término da Prova, entregue o material recebido ao aplicador.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Janeiro/2006

010202

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Na Federação brasileira, a competência para legislar sobre direito financeiro é
 - (A) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (B) privativa da União.
 - (C) exclusiva dos Estados e do Distrito Federal.
 - (D) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
 - (E) cumulativa da União e dos Municípios.

2. De acordo com a Constituição Federal, os diretores do banco central são nomeados pelo
 - (A) Ministro de Estado da Fazenda, ouvido o Conselho Monetário Nacional.
 - (B) Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal.
 - (C) Presidente do Senado Federal, após aprovação por seus pares.
 - (D) Vice-Presidente da República, ouvido o Congresso Nacional.
 - (E) Presidente do Banco Central, após aprovação pelo Conselho Monetário Nacional.

3. No tocante à Advocacia-Geral da União, a Constituição Federal vigente determina que
 - (A) o Advogado-Geral da União é livremente nomeado pelo Presidente da República dentre os integrantes da carreira da advocacia pública.
 - (B) a representação judicial e extrajudicial da União é incumbência exclusiva e direta da Advocacia-Geral da União, vedada a representação através de órgão vinculado.
 - (C) o Advogado-Geral da União deve ser maior de trinta anos e não ter idade superior a sessenta e cinco anos, além de possuir notável saber jurídico e reputação ilibada.
 - (D) a representação da União, na execução da dívida ativa de natureza tributária, cabe à Procuradoria da República, observado o disposto em lei.
 - (E) as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo são atribuições da Advocacia-Geral da União, nos termos da lei complementar que a organizar.

4. É correto afirmar, quanto ao regime jurídico definido pela Constituição Federal para os servidores públicos civis, que
 - (A) é obrigatória a avaliação especial de desempenho, como condição para a aquisição da estabilidade, por comissão instituída para essa finalidade.
 - (B) o servidor público estável só perderá o cargo na hipótese de haver sentença judicial transitada em julgado.
 - (C) extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, sem remuneração, até seu aproveitamento em outro cargo.
 - (D) invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, ele somente poderá ser reintegrado ao cargo de origem se não houver outro servidor estável ocupando a vaga.
 - (E) a estabilidade é adquirida após 2 (dois) anos de efetivo exercício, no caso dos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

5. *Habeas data* impetrado contra ato do Presidente do Tribunal de Contas da União deve ser processado e julgado originariamente pelo
 - (A) próprio Tribunal de Contas da União.
 - (B) Supremo Tribunal Federal.
 - (C) Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) Tribunal Regional Federal.
 - (E) juiz federal de primeira instância

6. Em matéria de direitos políticos, a Constituição Federal prevê que
 - (A) a improbidade administrativa é causa de perda dos direitos políticos.
 - (B) o militar alistável é inelegível.
 - (C) os analfabetos possuem capacidade eleitoral ativa e passiva.
 - (D) a nacionalidade brasileira é condição de elegibilidade.
 - (E) a incapacidade civil absoluta não afeta o gozo dos direitos políticos.

7. Segundo a Constituição Federal, o processo e julgamento das ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho compete
 - (A) à Justiça do Trabalho.
 - (B) à Justiça Federal.
 - (C) à Justiça dos Estados.
 - (D) ao Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) ao Tribunal Administrativo da União.

8. O sistema de controle interno prescrito pela Constituição Federal, a ser mantido de forma integrada pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, tem, dentre as suas atribuições, a de
 - (A) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta.
 - (B) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.
 - (C) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
 - (D) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
 - (E) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.

9. A Constituição Federal, quanto às medidas provisórias,
 - (A) veda a edição das que impliquem instituição ou majoração de impostos, bem como seqüestro de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.
 - (B) determina que elas perdem eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo improrrogável de noventa dias.
 - (C) dispõe que a sua votação deve ser iniciada no Senado Federal, após juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.
 - (D) veda a sua edição em matéria de direito civil, financeiro, comercial, eleitoral, aeronáutico, marítimo, espacial e do trabalho.
 - (E) proíbe a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

<p>10. O poder constituinte derivado se manifesta, na Constituição brasileira, pela possibilidade de promulgação de emendas constitucionais. Todavia, há limites formais e materiais ao poder de reforma constitucional, sendo correto afirmar que</p> <p>(A) o Presidente da República não pode encaminhar proposta de emenda constitucional, razão pela qual a emenda não está sujeita a sanção ou veto.</p> <p>(B) a Constituição não poderá ser reformada na vigência de intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio.</p> <p>(C) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a separação dos Poderes, a forma unitária e republicana de Estado e os direitos individuais e sociais.</p> <p>(D) existem limites implícitos ao poder de reforma constitucional, decorrentes dos princípios de direito internacional, em virtude da adoção da teoria monista pelo Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) a proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta a qualquer tempo, por conta da supremacia do poder constituinte.</p>	<p>14. No que tange aos direitos e garantias individuais, a Constituição Federal</p> <p>(A) apresenta um rol não taxativo, tendo em vista, sobretudo, o regime e os princípios por ela adotados e os compromissos decorrentes de tratados internacionais.</p> <p>(B) dota as normas definidoras desses direitos e garantias de aplicabilidade diferida e eficácia contida.</p> <p>(C) proíbe as penas infamantes e degradantes, vedando completamente o banimento, a prisão perpétua e a pena de morte.</p> <p>(D) inclui o direito à moradia, ao lazer, à previdência social, à educação e ao meio ambiente, por se tratarem de direitos que só podem ser gozados individualmente.</p> <p>(E) equipara o direito de petição e o direito de certidão, já que ambos são oponíveis aos Poderes Públicos, condicionando-os ao pagamento das taxas respectivas.</p>
<p>11. O princípio da isonomia deflui, em termos conceituais, de um dos fundamentos constitucionalmente expressos da República Federativa do Brasil e que é a</p> <p>(A) soberania.</p> <p>(B) publicidade.</p> <p>(C) dignidade da pessoa humana.</p> <p>(D) livre iniciativa.</p> <p>(E) não-intervenção.</p>	<p>15. De acordo com o estatuto constitucional da magistratura,</p> <p>(A) aos juízes é vedado exercer qualquer outro cargo ou função.</p> <p>(B) todas as decisões devem ser públicas e fundamentadas, exceto as de cunho administrativo.</p> <p>(C) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento.</p> <p>(D) os juízes não poderão delegar a prática de atos administrativos e atos de mero expediente sem caráter decisório.</p> <p>(E) o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á exclusivamente pelo critério do merecimento, apurado na última ou única instância.</p>
<p>12. O controle concentrado de constitucionalidade no Brasil</p> <p>(A) é o sistema predominante desde o período do Império, já que parte da premissa de que o ato inconstitucional é irrito e nulo.</p> <p>(B) requer a participação do Senado Federal, a fim de suspender a execução da lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) permite o controle em abstrato de atos normativos federais, estaduais, municipais, bem como de atos judiciais de cunho normativo, como as súmulas.</p> <p>(D) é levado a cabo mediante ações específicas, de rito ordinário e com instrução contraditória, que podem ser propostas a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição.</p> <p>(E) contempla a ação direta genérica, interventiva e por omissão, além da ação declaratória de constitucionalidade e da arguição de descumprimento de preceito fundamental.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO ADMINISTRATIVO</p> <p>16. Consoante conceitos estabelecidos na doutrina e na jurisprudência nacionais, a revogação, por decisão jurisdicional, de um ato administrativo, praticado pelo Poder Executivo,</p> <p>(A) é possível, desde que se fundamente no mérito do ato.</p> <p>(B) é possível, desde que a ação respectiva, apontando a ilegalidade do ato, haja sido ajuizada pelo próprio Poder Executivo.</p> <p>(C) é possível, desde que a Administração não haja se pronunciado sobre a matéria em processo administrativo.</p> <p>(D) é possível, desde que envolva questão de inconstitucionalidade do ato.</p> <p>(E) não é possível.</p>
<p>13. No sistema de separação de poderes adotado pelo Brasil, a doutrina e a jurisprudência entendem que a regra é a indelegabilidade das atribuições de cada poder. Contudo, há casos em que a Constituição Federal vigente atenua essa regra. Assim, o Presidente da República pode delegar a atribuição de</p> <p>(A) celebrar tratados, convenções e atos internacionais.</p> <p>(B) decretar e executar a intervenção federal.</p> <p>(C) conferir condecorações e distinções honoríficas.</p> <p>(D) conceder indulto e comutar penas.</p> <p>(E) exercer o comando supremo das Forças Armadas.</p>	<p>17. Da aplicação da teoria dos motivos determinantes decorre a</p> <p>(A) invalidação de um ato administrativo, caso seus motivos explicitados não correspondam à realidade, ainda que não se exigisse, no caso, motivação.</p> <p>(B) obrigatoriedade de que todos os atos administrativos sejam motivados.</p> <p>(C) possibilidade de que autoridade hierarquicamente superior avoque a motivação de um ato administrativo praticado por subordinado seu.</p> <p>(D) caracterização dos atos administrativos, cujos motivos sejam predeterminados pela lei, como atos vinculados.</p> <p>(E) impossibilidade de apreciação judicial quanto aos motivos escolhidos discricionariamente pelo administrador, ao praticar um ato administrativo.</p>

<p>18. No Direito brasileiro, uma empresa cujo capital seja de titularidade de três acionistas: União Federal – que possui a maioria do capital votante – uma autarquia estadual e uma empresa pública municipal</p> <p>(A) não é considerada integrante da Administração indireta, recebendo tratamento de empresa privada, ainda que sob controle estatal.</p> <p>(B) integra a Administração direta, sendo considerada entidade paraestatal, vinculada à Chefia do Poder Executivo.</p> <p>(C) integra a Administração indireta, sendo considerada sociedade de economia mista.</p> <p>(D) integra a Administração indireta, sendo considerada empresa pública.</p> <p>(E) não é admitida.</p>	<p>23. É legalmente vedada, como regra, a delegação de competência em se tratando da prática de ato</p> <p>(A) administrativo vinculado.</p> <p>(B) administrativo discricionário.</p> <p>(C) integrante de processo administrativo.</p> <p>(D) de decisão de recurso administrativo.</p> <p>(E) que importe exercício de poder disciplinar.</p>
<p>19. Nos termos do conceito aceito pela doutrina nacional, caracteriza exercício de poder de polícia a</p> <p>(A) prisão em flagrante de um criminoso.</p> <p>(B) defesa do território nacional contra invasão estrangeira.</p> <p>(C) interdição de um estabelecimento por agentes de vigilância sanitária.</p> <p>(D) suspensão dos direitos políticos de servidor que incida em improbidade administrativa.</p> <p>(E) defesa de terras públicas contra a invasão por terceiros.</p>	<p>24. É consequência da auto-executoriedade dos atos administrativos a</p> <p>(A) impossibilidade de sua anulação pelo Poder Judiciário.</p> <p>(B) impossibilidade de sua revogação pela própria Administração.</p> <p>(C) sua exequibilidade por agentes administrativos, independentemente da aquiescência de outro Poder.</p> <p>(D) configuração da coisa julgada administrativa.</p> <p>(E) possibilidade de seu controle pela própria Administração.</p>
<p>20. NÃO é decorrência do exercício do poder hierárquico, no âmbito da Administração pública, a</p> <p>(A) avocação, feita por um Ministro de Estado, de competência de subordinado seu.</p> <p>(B) alteração, por dirigente de autarquia, de ato praticado por subordinado seu.</p> <p>(C) revisão, por Ministro de Estado, de ato praticado por subordinado seu.</p> <p>(D) delegação de competências do Presidente da República para um Ministro de Estado.</p> <p>(E) revisão, pelo Presidente da República, de ato praticado por dirigente de fundação pública.</p>	<p>25. As ditas “cláusulas exorbitantes” de um contrato administrativo são aquelas que estabelecem</p> <p>(A) poderes especiais para a Administração Pública, estabelecidos no contrato, em cada caso, a partir de previsão do edital de licitação, ainda que não previstas na lei que rege a matéria.</p> <p>(B) prerrogativas à Administração Pública, como parte contratante, não previstas, de regra, nos contratos regidos pelo Direito privado.</p> <p>(C) a possibilidade de a Administração Pública promover unilateralmente alterações no contrato, como exceção à regra do equilíbrio econômico-financeiro.</p> <p>(D) poderes abusivos à Administração Pública, sendo passíveis de revisão pelo Poder Judiciário.</p> <p>(E) regras próprias do Direito privado, excepcionalmente integradas em um contrato regido pelo Direito público.</p>
<p>21. Exceções constitucionais à regra da imprescritibilidade dos imóveis públicos</p> <p>(A) são os terrenos de marinha.</p> <p>(B) não há.</p> <p>(C) são as terras devolutas.</p> <p>(D) são os prédios declarados inservíveis.</p> <p>(E) são os bens adquiridos por execução judicial ou dação em pagamento.</p>	<p>26. Configura hipótese de dispensa de licitação</p> <p>(A) o fato de não acudirem interessados à licitação, caso em que, havendo interesse público, podem ser alteradas as condições do edital que tenham se mostrado impróprias, procedendo-se à contratação direta.</p> <p>(B) a contratação de associação ou empresa de portadores de deficiência física, de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.</p> <p>(C) a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública, que venha a ser criado para esse fim específico.</p> <p>(D) a contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, caso em que pode a Administração escolher livremente o novo contratado, desde que aceitas as mesmas condições do contrato rescindido.</p> <p>(E) a necessidade de a União intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.</p>
<p>22. Caso um ato praticado por agente público configure, ao mesmo tempo, ilícito penal, civil, administrativo e ainda ato de improbidade administrativa, o agente poderá, em tese, sofrer</p> <p>(A) penalidades em todas essas quatro esferas.</p> <p>(B) apenas a penalidade criminal, que absorve todas as demais.</p> <p>(C) as penalidades criminal, civil e apenas uma dentre a administrativa e a por improbidade administrativa.</p> <p>(D) apenas as penalidades criminal e por improbidade administrativa, que absorvem as demais.</p> <p>(E) a penalidade criminal e apenas uma dentre a civil, a administrativa e a por improbidade administrativa.</p>	

<p>27. <i>Medidas de ordem geral, não relacionadas diretamente com o contrato, mas que nele repercutem, provocando desequilíbrio econômico-financeiro em detrimento do contratado.</i> Tal conceito refere-se à hipótese de</p> <p>(A) força maior, a ensejar o reequilíbrio econômico-financeiro de um contrato administrativo.</p> <p>(B) caso fortuito, não ensejando o reequilíbrio econômico-financeiro de um contrato administrativo.</p> <p>(C) fato do príncipe, a ensejar o reequilíbrio econômico-financeiro de um contrato administrativo.</p> <p>(D) fato da Administração, não ensejando o reequilíbrio econômico-financeiro de um contrato administrativo.</p> <p>(E) teoria da imprevisão, não ensejando o reequilíbrio econômico-financeiro de um contrato administrativo.</p>	<p>30. Nos termos da Lei geral de processo administrativo federal, a convalidação de um ato administrativo pela própria Administração</p> <p>(A) é admitida como regra geral, em decorrência da auto-tutela administrativa.</p> <p>(B) não é admitida, em decorrência do princípio da inércia da Administração.</p> <p>(C) é admitida apenas quanto a aspectos do mérito do ato.</p> <p>(D) é admitida quanto a defeitos sanáveis, desde que se evidencie não serem acarretados lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.</p> <p>(E) não é admitida, em decorrência do princípio da legalidade.</p>
<p>28. Considere um concurso público, em cujo edital conste a regra constitucional que leve à possibilidade máxima de prazo de validade. Suponha ainda que esse concurso tenha sido aberto para o provimento de 20 vagas e que 30 candidatos tenham sido aprovados, os 20 primeiros dos quais preenchendo as vagas. Caso, no 3º ano a contar do termo inicial da validade do concurso, tenham sido abertas mais 10 vagas,</p> <p>(A) os 10 candidatos aprovados e remanescentes podem ser chamados a assumi-las, posto que a validade máxima de um concurso é de 4 anos.</p> <p>(B) deverá ser convocado novo concurso para seu provimento, posto que a validade de um concurso se encerra com o preenchimento das vagas originais.</p> <p>(C) deverá ser convocado novo concurso para seu provimento, posto que a validade máxima de um concurso é de 3 anos.</p> <p>(D) deverá ser convocado novo concurso para seu provimento, posto que a validade máxima de um concurso é de 2 anos.</p> <p>(E) os 10 candidatos aprovados e remanescentes podem ser chamados a assumi-las, posto que não se encerra a validade de um concurso enquanto houver candidatos aprovados e não aproveitados.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO FINANCEIRO E ECONÔMICO</p> <p>31. Em nosso sistema financeiro, o texto constitucional permite</p> <p>(A) realizar operações de crédito que excedam o montante de despesas de capital.</p> <p>(B) vincular receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.</p> <p>(C) prever limites para abertura de créditos adicionais suplementares, no orçamento anual.</p> <p>(D) instituir fundos de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa.</p> <p>(E) utilizar transferência voluntária no custeio de despesas de pessoal.</p>
<p>29. Segundo a regra geral legalmente estabelecida, a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor,</p> <p>(A) é imprescritível.</p> <p>(B) prescreve em 5 anos, comportando interrupção ou suspensão.</p> <p>(C) prescreve em 5 anos, não comportando interrupção ou suspensão.</p> <p>(D) prescreve em 5 anos, comportando interrupção, mas não suspensão.</p> <p>(E) prescreve em 5 anos, comportando suspensão, mas não interrupção.</p>	<p>32. A despesa governamental sujeita-se à classificação</p> <p>(A) institucional, funcional-programática e econômica.</p> <p>(B) por unidade orçamentária, por elemento de despesa e por natureza de gasto.</p> <p>(C) por programa de governo, por objeto de despesa e por função estatal.</p> <p>(D) institucional, econômica e por natureza de despesa.</p> <p>(E) por órgão de orçamento, por objeto de gasto e por espécie econômica.</p> <p>33. Em nosso sistema tributário, podemos elencar como impostos de competência da União, dos Estados e dos Municípios:</p> <p>(A) Imposto de Importação, Imposto Territorial Rural e Imposto de Operações Financeiras.</p> <p>(B) Imposto de Produtos Industrializados, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e Imposto Predial e Territorial Urbano.</p> <p>(C) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, Imposto Predial e Territorial Urbano e Imposto de Renda.</p> <p>(D) Imposto de Renda, Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores e Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação.</p> <p>(E) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e Imposto de Transmissão Intervivos.</p>

<p>34. Liquidar despesa pública significa</p> <p>(A) pagá-la, diante da comprovação do direito adquirido do fornecedor.</p> <p>(B) abater seu valor do respectivo crédito orçamentário.</p> <p>(C) cancelá-la, se o fornecedor não entregar os bens ou serviços contratados.</p> <p>(D) verificar se o credor atendeu ao que foi avençado, fazendo jus ao pagamento.</p> <p>(E) quitá-la, atendendo ao princípio do prévio empenho.</p>	<p>38. Em direito financeiro é correto afirmar que</p> <p>(A) as receitas e despesas devem ser escrituradas segundo o regime de competência.</p> <p>(B) os créditos adicionais suplementares destinam-se a gastos para os quais não haja dotação orçamentária específica.</p> <p>(C) os fundos especiais submetem-se ao princípio da unidade de tesouraria.</p> <p>(D) os créditos adicionais extraordinários buscam o reforço da dotação orçamentária.</p> <p>(E) a abertura de créditos suplementares e especiais pode decorrer do superávit financeiro do exercício anterior, do excesso de arrecadação, da anulação parcial ou total de outra dotação ou de operações de crédito.</p>
<p>35. É INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) os precatórios judiciais não pagos no exercício orçamentário integram o limite da dívida consolidada do respectivo ente da federação.</p> <p>(B) a execução orçamentária identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, através do sistema contábil.</p> <p>(C) os requisitórios judiciais apresentados até 1º de julho integrarão a lei do orçamento, devendo ser pagos até o final do exercício seguinte.</p> <p>(D) as dotações orçamentárias alusivas a precatórios judiciais serão consignadas diretamente ao Poder Judiciário.</p> <p>(E) as verbas da lei de orçamento deverão designar casos e pessoas a serem beneficiadas com os requisitórios judiciais.</p>	<p>39. Entende-se por acordo de leniência aquele em que a União Federal, por intermédio</p> <p>(A) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, autoriza a realização de operação societária de que resulte a concentração, em uma empresa ou um grupo de empresas, de mais de 20% (vinte por cento) do mercado relevante de determinados bens ou serviços.</p> <p>(B) da Secretaria de Direito Econômico – SDE, a partir de colaboração de empresa praticante de infração à ordem econômica, obtém informações e provas concernentes à prática delituosa.</p> <p>(C) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, suspende a tramitação de processo administrativo instaurado para a apuração de infração à ordem econômica em face de determinada empresa, pelo prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.</p> <p>(D) da Secretaria de Direito Econômico – SDE, obtém o compromisso formal de empresa praticante de infração à ordem econômica, no sentido de deixar de praticar a infração, sob pena de multa diária.</p> <p>(E) da Secretaria de Direito Econômico – SDE, <i>ad referendum</i> do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, autoriza a prática excepcional de operação societária de que resulte a dominação de mercado relevante, com fundamento no interesse público.</p>
<p>36. Em nosso sistema financeiro, o princípio orçamentário da exclusividade NÃO se aplica a</p> <p>(A) autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operação de crédito por antecipação da receita (ARO).</p> <p>(B) concessão de reajustes salariais e admissão de pessoal.</p> <p>(C) majoração de tributos e abertura de créditos adicionais especiais.</p> <p>(D) abertura de créditos suplementares e criação de novos cargos públicos.</p> <p>(E) aumento da despesa de pessoal nos 8 últimos meses dos mandatos.</p>	<p>40. A afirmação da competência do Banco Central do Brasil para apreciar atos de concentração envolvendo instituições financeiras, afastando a atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, tem como argumento favorável aquele decorrente da</p> <p>(A) especialização funcional, pois o CADE é órgão incumbido de regulação geral, ao passo que o Banco Central do Brasil é órgão incumbido da fiscalização setorial.</p> <p>(B) inconstitucionalidade da Lei nº 4.595/64, uma vez que o sistema financeiro nacional deveria ser regulado por leis complementares, consoante dispõe o art. 192 da Constituição.</p> <p>(C) análise das competências constitucionais atribuídas a ambos os órgãos, o que enseja a compatibilização de dispositivos contraditórios da Constituição.</p> <p>(D) hierarquia administrativa, porque o Banco Central do Brasil, entidade da administração indireta, tem primazia sobre o CADE, órgão integrante da administração direta subordinado ao Ministério da Fazenda.</p> <p>(E) primazia do sistema brasileiro de defesa da concorrência, em razão de a Lei nº 8.884/94 afirmar sua aplicação a todas as pessoas físicas ou jurídicas, independentemente da natureza de sua atividade.</p>
<p>37. Dívida consolidada, na dicção da Lei nº 4.320/64, é a que</p> <p>(A) alcança compromissos de exigibilidade superior a 12 meses e se inscreve no passivo financeiro do Balanço Patrimonial.</p> <p>(B) se contrai para atender insuficiências momentâneas de caixa.</p> <p>(C) abrange débitos de exigibilidade superior a 12 meses e se inscreve no passivo permanente do Balanço Patrimonial.</p> <p>(D) tem a ver com Restos a Pagar, Depósitos e Débitos de Tesouraria.</p> <p>(E) abarca débitos a serem pagos em até 12 meses, inserindo-se no contexto da dívida flutuante.</p>	

<p>41. Lei federal hipotética cria a empresa pública denominada “Transfederal”, com o objeto de atuar no ramo de transporte urbano de passageiros, inclusive na qualidade de concessionária do serviço público respectivo. Nesta hipótese, a atividade da União</p> <p>(A) é inconstitucional, pois a prestação do serviço público em questão compete aos municípios.</p> <p>(B) é inconstitucional, pois a atuação da União Federal no domínio econômico restringe-se à fiscalização, ao incentivo e ao planejamento.</p> <p>(C) será constitucional, se celebrados convênios entre a União Federal e os municípios interessados, que permitam o oferecimento do serviço público pela empresa federal.</p> <p>(D) será constitucional, se legalmente caracterizado o relevante interesse coletivo na execução da atividade em questão.</p> <p>(E) será constitucional, se a lei de criação da empresa pública instituir também o monopólio de exploração desse serviço pela União Federal.</p>	<p>44. A especialização patrimonial do participante de sistema integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro implica na</p> <p>(A) impenhorabilidade dos bens dos administradores e controladores das sociedades participantes, por dívidas decorrentes das obrigações assumidas perante o sistema.</p> <p>(B) incomunicabilidade dos bens e direitos componentes do patrimônio especial com os demais bens e direitos integrantes do patrimônio geral do participante.</p> <p>(C) indisponibilidade dos bens dos administradores e controladores da sociedade participante, no caso de intervenção ou liquidação extrajudicial desta.</p> <p>(D) suspensão automática da exigibilidade das obrigações assumidas perante o sistema no caso de intervenção ou liquidação extrajudicial da sociedade participante.</p> <p>(E) responsabilização solidária de todos os patrimônios especiais do participante relativamente a débitos assumidos pelo patrimônio geral, ainda que não relacionados ao sistema.</p>
<p>42. Fica sujeita às sanções previstas na Lei nº 8.884/94 por infração da ordem econômica a sociedade empresária que</p> <p>(A) contrata empregado de um concorrente, a fim de se valer de informações comerciais confidenciais a que este empregado teve acesso, independentemente dos efeitos dessa conduta sobre a estrutura concorrencial do mercado em que as empresas se inserem.</p> <p>(B) conquista parcela substancial de um determinado mercado relevante de bens ou serviços, concentrando mais de 20% (vinte por cento) desse mercado, como fornecedor, intermediário, adquirente financiador ou intermediário.</p> <p>(C) celebra acordo operacional com um concorrente, a fim de uniformizar os seus preços e condições de venda, de modo a eliminar a competição dentro de um determinado mercado relevante de bens ou serviços.</p> <p>(D) usa indevidamente nome comercial, expressão ou sinal de propaganda de empresa concorrente.</p> <p>(E) vende, por um determinado período, mercadorias a preço de custo, a fim de tornar os seus produtos conhecidos no mercado.</p>	<p>45. No âmbito do multilateralismo comercial, a vedação a que um Estado dê preferências comerciais a um outro Estado específico, em detrimento dos demais, é consequência do princípio da</p> <p>(A) proibição das barreiras não-tarifárias.</p> <p>(B) multipolaridade econômica.</p> <p>(C) compatibilização entre o livre comércio e o desenvolvimento sustentável.</p> <p>(D) nação mais favorecida.</p> <p>(E) proteção contra medidas <i>antidumping</i>.</p>
<p>43. Dispõe o art. 1.134 do Código Civil que “a sociedade estrangeira, qualquer que seja o seu objeto, não pode, sem autorização do Poder Executivo, funcionar no país”. Esse dispositivo tem respaldo constitucional</p> <p>(A) no tratamento diferenciado concedido pela Constituição à empresa brasileira frente às empresas estrangeiras, que garante àquela privilégios de natureza comercial.</p> <p>(B) no tratamento diferenciado concedido pela Constituição à empresa brasileira de capital nacional frente às demais empresas, nacionais e estrangeiras, que garante àquela privilégios de natureza comercial.</p> <p>(C) no princípio da livre concorrência, impedindo o acesso ao mercado da empresa estrangeira que possa ostentar vantagens competitivas perante a empresa nacional.</p> <p>(D) na competência atribuída ao Banco Central do Brasil para realizar a fiscalização e registro de capitais estrangeiros, sob a forma de investimentos.</p> <p>(E) na possibilidade de a lei estatuir a necessidade de autorização dos órgãos públicos para o exercício de atividade econômica por qualquer agente privado em território nacional.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO INTERNACIONAL</p> <p>46. No âmbito da Corte Internacional de Justiça, é cláusula facultativa de jurisdição obrigatória a que</p> <p>(A) permite ao Estado membro da ONU decidir se adere ou não ao Estatuto da Corte.</p> <p>(B) uma vez aceita pelo Estado-parte no Estatuto, garante a jurisdição da Corte em todos os conflitos internacionais que envolvam aquele Estado, verificada a reciprocidade.</p> <p>(C) uma vez aceita pelo Estado-parte no Estatuto, garante a jurisdição da Corte em todos os conflitos internacionais que envolvam aquele Estado, independentemente de reciprocidade.</p> <p>(D) possibilita aos Estados membros da ONU a opção, no caso concreto, de se submeter à jurisdição da Corte.</p> <p>(E) garante ao Estado-parte no Estatuto ampla imunidade de jurisdição <i>ratione materiae</i>.</p> <p>47. A norma costumeira de origem internacional que proíbe que os Estados expulsem seus súditos de seu próprio território proscreve prática conhecida por</p> <p>(A) apatria.</p> <p>(B) retorno.</p> <p>(C) banimento.</p> <p>(D) extradição.</p> <p>(E) devolução.</p>

48. No que concerne ao processo de internalização de tratado internacional é correto afirmar:

- (A) A mensagem presidencial que encaminha o tratado ao Congresso Nacional, para aprovação, corresponde a projeto de lei de iniciativa do Presidente da República.
- (B) Aos deputados e senadores compete apresentar emendas, acréscimos ou modificações ao texto do tratado.
- (C) A aprovação do texto do tratado pelo Congresso Nacional consubstancia-se no Decreto presidencial.
- (D) Somente o Decreto Legislativo torna público o texto do tratado, podendo gerar direitos subjetivos, desde logo.
- (E) A ratificação do tratado produz apenas efeitos internos, equivalentes ao da sanção de lei aprovada pelo Congresso Nacional.

49. Henri e Louis são franceses, sócios de uma empresa constituída em Malta. Henri, por sua vez, é proprietário de uma outra empresa, constituída no Brasil. A empresa maltesa e a brasileira firmam um contrato entre si, assinado em Lisboa para a execução de uma obra no Marrocos. Supondo que a competência para a apreciação de eventual questão decorrente do contrato seja do Poder Judiciário brasileiro, e não havendo cláusula de eleição da lei aplicável, o juiz aplicará, segundo as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, a lei

- (A) francesa.
- (B) brasileira.
- (C) maltesa.
- (D) portuguesa.
- (E) marroquina.

50. Considere o seguinte trecho de autoria de Vera M. Jacob de Fradera, Revista da ESMESC, a. 4, v. 4, p. 251:

Uma conseqüência lógica da inexistência de uma plena integração entre os Estados latino-americanos, é a presença de sistemas jurídicos fechados em relação ao disposto nos Tratados Constitutivos do MERCOSUL.

Não existe, por essa razão, uma situação de compenetração do Direito Nacional e do Direito da Integração.

Assinale a alternativa que encerra o mecanismo previsto nos tratados constitutivos do MERCOSUL que visa justamente à aproximação das legislações dos Estados-membros.

- (A) Codificação do direito da integração.
- (B) Compilação do direito da integração.
- (C) Codificação dos princípios gerais de direito dos Estados-Membros.
- (D) Unificação legislativa dos Estados-Membros.
- (E) Harmonização jurídica dos Estados-Membros.

PARECER

José, ocupando a presidência do Banco privado “X”, em decisão que tomou pessoalmente, determinou o empréstimo de vultosas quantias para **Antonio, João e Pedro**, sendo que **Antonio**, além de haver sido sogro de **José**, era também Diretor do Banco “X”. **João e Pedro** são primos de **José**. Tendo conhecimento dessas operações, o Banco Central notificou o Banco “X” e seu Presidente a apresentarem esclarecimento, em que alegaram: a) **José** era viúvo da filha de **Antonio**, quando o empréstimo foi concedido; b) **João e Pedro** não tinham impedimento para receber empréstimos, porque colaterais em terceiro grau; c) embora detentores de grande patrimônio mas não tendo os mutuários pago as dívidas, o Banco “X” não experimentou prejuízos, porque, por sua própria conveniência, aceitou, mediante dação em pagamento de cada um dos devedores, imóveis que se acham alugados proporcionando renda para o Banco “X” compatível com os valores de mercado. Alegou, também, **José** que, posto ainda não esteja sendo processado, sofreria somente pena mínima por eventual crime que ficasse tipificado, porque primário e com bons antecedentes, e, contando atualmente mais de setenta (70) anos, se beneficiaria da prescrição, cujo prazo se conta pela metade. Por este motivo nenhuma outra pena seria aplicável em razão do empréstimo concedido a **Antonio**.

Como Procurador do Banco Central, analise os fatos e os esclarecimentos prestados, emitindo Parecer, por determinação da Presidência do Banco Central, propondo a solução adequada.

